

PRIMAVERA ÁRABE NA SÍRIA: A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NA EVOLUÇÃO DAS REVOLTAS POPULARES À GUERRA CIVIL

Carla Ricci¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: carlaaricci@hotmail.com

RESUMO

A Primavera Árabe na Síria, diferentemente da maioria dos países vizinhos que também foram cenários das manifestações populares em 2011, tomou cursos políticos, econômicos e sociais muito mais complexos e graves do que se almejava. Muito distante de lograr a deposição do presidente Bashar al-Assad, as revoltas, que inicialmente tinham cunho pacífico, evoluíram a um contexto de guerra civil crônica, que já perdura mais de cinco anos. Ao invés da luta por direitos e democracia, como anunciavam as primeiras insurreições, a busca pela deposição do presidente Assad tem envolvido interesses muito mais profundos e invocado relações muito mais complexas. O presente artigo visa, portanto, identificar essas relações e interesses, os quais advêm dos cenários tanto interno sírio quanto internacional, que têm sido catalisadores da manutenção do conflito civil no país.

PALAVRAS-CHAVE

Primavera Árabe; Síria; Guerra Civil; Impasse.



INTRODUÇÃO

A autoimolação do jovem tunisiano Mohamed Bouazizi, em dezembro de 2010, numa tentativa desesperadora de escape à sua precária situação econômica e social e incitado pelas poucas perspectivas de melhoria apresentadas pelo presidente Ben Ali, no poder havia mais de vinte anos, desencadeou uma onda de revoltas populares no Oriente Médio, denominadas Primavera Árabe. Muito embora tenha se iniciado na Tunísia, em poucas semanas as manifestações tomaram conta das ruas nos países vizinhos – Líbia, Egito, Iêmen, Síria – em oposição à crônica precariedade dos cenários econômico e social nacionais, à ausência de projeção de melhorias e, principalmente, contra os governos autoritários que mantinham esse cenário inalterado.

Cinco anos após o advento da Primavera Árabe, os países que foram palco desses levantes têm seguido múltiplos e distintos caminhos na reconstrução de seus cenários políticos domésticos. À diferença do ciclo de eclosão dos conflitos internos, isto é, deposição de presidentes e instauração de novos governos, que prevaleceu na maioria dos países que assistiram a essas manifestações, em alguns contextos nacionais o caminho trilhado pelas revoltas inicialmente populares tomaram um curso de maior complexidade e gravidade. A Síria insere-se na gama desses países, em que a contestação do governo vigente extrapolou o controle e as fronteiras nacionais, e encontra-se hoje em meio a um conflito interno crônico, que transcendeu o contexto de revoltas populares em direção a um contexto de guerra civil.

Em contraposição ao fluxo de transição política forçado pelas revoltas populares árabes em 2011, o governo de Bashar al Assad tem se mantido firme no combate à oposição e na manutenção da sua força política. Mesmo submersa num contexto similar de pressões populares e externas ao dos governos vizinhos, a Síria, constituída por uma realidade social complexa, fundamentada em estruturas de poder polarizado que vigoram no país, tem trilhado um caminho distinto do que se almejava a partir da Primavera Árabe. Desde sua eclosão, em 2011, o conflito civil, caracterizado como uma grande crise humanitária, já vitimou milhares de pessoas e gerou mais de 4,8 milhões de refugiados e 8,7 milhões de deslocados internos (UNHCR, 2016).

Diante da dimensão e da gravidade adquirida pelo conflito interno sírio, o presente artigo tem como objetivo analisar alguns dos condicionantes da transposição de um contexto de revoltas populares a um contexto de guerra civil. Dada a complexidade do tema e a brevidade do artigo, busca-se aqui elencar fatores endógenos e exógenos consi-

derados importantes para a compreensão do impasse do conflito sírio, mas que certamente não abarcam todo o emaranhado de elementos que conjugam esse cenário crônico de guerra.

A fim de compreender, portanto, a permanência do conflito interno no país e a resistência do governo de Assad frente à oposição, o presente artigo irá, primeiramente, traçar um breve panorama histórico que permita compreender o contexto político e social sírio que incitou o início das revoltas populares no país. Posteriormente, serão abordados aspectos facilitadores à manutenção do governo de Bashar al Assad a partir de uma análise das esferas interna e internacional, destacando a correlação de forças que permite o fortalecimento das forças do governo e da oposição, e respaldam a continuidade do conflito. Espera-se, por fim, além de oferecer uma análise que permita assimilar as motivações que condicionam o cenário sírio a um embate permanente, elencar possíveis desdobramentos do cenário atual, considerando a trajetória histórica síria, os interesses domésticos e externos inerentes a esse processo, bem como as relações de poder que fundamentam as articulações de forças envolvidas.

REVISITANDO A COMPLEXA CONSTRUÇÃO POLÍTICA E SOCIAL SÍRIA

Muito do que se pode compreender acerca do embaraçado jogo de forças envolvidas no conflito civil sírio tem suas bases na formação histórica do país. Localizado na porta de entrada do Oriente Médio, à margem do Mar Mediterrâneo e fronteiro aos territórios da Turquia, Iraque, Líbano, Jordânia e Israel, a região síria tem sido interpretado no decorrer dos séculos como uma região de grande relevância política e geoestratégica. Até a consolidação integral da República Síria como Estado nacional independente, em 1946, a região foi palco de inúmeras intervenções estrangeiras motivadas pelos fluxos globais do imperialismo, que desafiavam o projeto nacionalista de construção da “Grande Síria”. Muito embora a Inglaterra tenha angariado o apoio árabe na expulsão das forças turcas desse território durante a Primeira Guerra Mundial, com a promessa de suporte ao projeto de consolidação de um Estado Árabe, o acordo de *Sykes-Picot*, firmado secretamente entre França e Reino Unido em 1916, desarticulou esse projeto pan-arabista (ZAHREDDINE, 2013). A proposta do acordo centrava-se na partilha da região do crescente fértil em duas zonas de influência, uma francesa e outra inglesa. Essa divisão foi legitimada pelas forças estrangeiras em 1920, durante a Conferência de San Remo, que instituiu o Mandato bri-

tânico sobre os territórios da Palestina, do Iraque e da Transjordânia e o Mandato francês sobre a Síria e o Líbano (CLEVELAND, BUNTON, 2009).

Instituiu-se, a partir de então, um modelo de administração central sobre um território indiscriminadamente subdividido pelas potências mandatárias, padrão que teria futuras consequências na formação dos Estados nacionais, notoriamente para a compreensão da realidade síria. Isso porque, o território que hoje se concebe como a República da Síria já era, desde então, povoada por uma multiplicidade de minorias étnicas e religiosas. À diferença do período Otomano, no entanto, quando se permitia aos árabes certa medida de autonomia política regional e havia uma tolerância quanto à rica diversidade cultural e religiosa na região, as administrações subseqüentes impuseram um modelo de governo central sobre as tribos e centros urbanos e tentaram instaurar uma uniformidade cultural (CLEVELAND, BUNTON, 2009). Apesar das minorias que ocupavam a Síria,

[e]m um primeiro momento, os franceses tentaram propiciar às lideranças sunitas urbanas mais espaço político, devido seu caráter moderado. Porém, o receio do fortalecimento dos sunitas na Síria, em detrimento das demais minorias (principalmente cristãos) e da presença francesa, levou à divisão da área de predominância sunita em duas províncias distintas (Alepo e Damasco) (ZAHREDDINE, 2013, p. 10).

Essa tentativa de subdivisão levou a um movimento de resistência sírio que, apesar de controlado pelos franceses, teria refreado uma fragmentação excessiva do território. Em meio a uma série de resistências locais ao Mandato francês e a um futuro contexto de fragilização das potências europeias no pós-II Guerra Mundial, a Síria obteve sua independência em 1946.

A pulverização do território entre uma maioria muçulmana e outras tantas minorias, como drusos, cristãos, alauítas, entre outros, representou uma grande inconstância de poder político no momento pós-independência. O fim de uma administração mandatária abriu precedentes para uma série de disputas internas pelo poder central, culminando em sucessivas ascensões e golpes políticos. Em 1970, no entanto, o golpe de Estado ocorrido dentro do próprio partido Baath, de viés de esquerda e no poder desde 1963, instituiu o governo de Hafez al-Assad, que perdurou até sua morte, em 2000, quando então sucedido por seu filho Bashar al-Assad.

Após um período extremamente instável da administração política síria, pode-se atribuir, em grande medida, a permanência de Hafez al-

Assad no poder por quatro décadas às reformas promovidas dentro do partido, que reformularam o cenário interno de participação política na Síria, e a um novo posicionamento estratégico internacional da Síria, diminuindo a ingerência direta nos assuntos dos países vizinhos e evitando embates diretos (PEREIRA, 2014). De acordo com o autor, o protagonismo inquestionável exercido pela parcela tradicional sunita ao longo das décadas se deparou com a crescente abertura à atuação das minorias étnico-religiosas no cenário político do país. A fim de contrabalançar essa proeminência das minorias, no entanto, deu-se abertura à inserção de uma nova elite sunita moderada no cenário político, o que desestabilizava os privilégios até então exclusivos de uma parcela da maioria sunita que constitui o território sírio. Apesar da resistência encontrada por esse grupo tradicional, o governo de Hafez al-Assad conseguiu consolidar um posicionamento pujante do partido Baath na Síria, amparando-se nas minorias e na significativa parcela da população sunita, além de apoiar-se na relevante capacidade coerciva e militar do Estado construída no seu governo por meio de uma forte presença militar no campo político (PEREIRA, 2014).

A morte do presidente Hafez e a consequente instauração do governo de Bashar al-Assad apontavam para uma certa continuidade política, visto o posicionamento partidário e a ideologia política compartilhados. O presidente Bashar, no entanto, apesar de seguir os princípios nacionalistas que guiaram os 40 anos de governo de seu pai, deparou-se com cenários múltiplos que o levaram a adotar outros caminhos políticos.

Cabe ressaltar, nesse sentido, a existência de fatores exógenos que criaram cenários complexos a um importante ator político do mundo árabe como é a Síria. Frente à Intifada palestina; a queda de Saddam Hussein, do partido Baath iraquiano; e a doutrina da Guerra Global Contra o Terrorismo, lançada pelo Presidente George W. Bush, que instaurou um cenário completamente distinto do que se via até então em termos de intervenção externa no Oriente Médio, o governo de Bashar al-Assad percebeu a necessidade de envolver-se de maneira mais enfática no cenário internacional ao lado dos países árabes (MOHAMMED, 2016). Esse redirecionamento da atuação externa síria, de um posicionamento declarado e de uma maior aproximação aos países vizinhos, notoriamente ao Irã, de vertente também xiita, e à Palestina, preocupando o vizinho Israel, balançaria a relativa tranquilidade dos atores externos ocidentais quanto à estabilidade dos seus interesses na região. Essa nova postura e a preocupação ocidental quanto às ações de Assad teriam suas consequências futuramente identificadas na eclosão e perma-

nência do atual conflito civil.

Da mesma forma, a política doméstica executada por Bashar al-Assad tomou rumos distintos aos que até então vinham sendo seguidos. Na tentativa de instaurar uma política de promoção do desenvolvimento, o presidente Bashar promoveu reformas semi-liberalizantes no campo político e econômico nacional, mas destacando que dentro de um contexto regional, sendo que, de acordo com Pereira (2014), “[...] libertou presos políticos, arrefeceu a censura, legalizou partidos políticos, autorizou bancos privados e retirou tropas do Líbano em 2005, [...] gerando descontentamentos entre a população, os intelectuais e a elite econômica” (p. 48). Além disso, o autor destaca o aumento dos índices de desemprego e da inflação, a desigualdade social e a pouca transparência política nesse período como incentivadores das revoltas populares.

Há de se considerar, além desses fatores indispensáveis à compreensão do atual contexto interno sírio, que, muito embora tenha-se mantido um governo estável durante mais de 50 anos, a corrupção, as redes clientelísticas e as restrições de liberdade estiveram e se mantiveram presentes no pano de fundo da política síria (DÍAZ, 2011). Diante desse emaranhado de agravantes e da efervescência das manifestações que tomavam as ruas dos países vizinhos, tornou-se inevitável que em janeiro de 2011 a Síria se transformasse, também, num cenário de revoltas populares, as quais, pacíficas em princípio, progrediram ligeiramente para um contexto de guerra civil.

DA MOBILIZAÇÃO POPULAR AO CONFLITO CIVIL: A “CAMA DE GATO” DAS FORÇAS ENVOLVIDAS

Diante da trajetória histórica do cenário político sírio brevemente descrita, seria possível inferir que um país marcado pela instabilidade política, elucidada através de sucessivos golpes de Estado, ao deparar-se com uma mobilização massiva da população, não teria outro destino senão a deposição do governo central, como vivenciado nos países ao seu entorno. No entanto, o governo de Bashar al-Assad tem resistido firmemente ao que se iniciou como uma mobilização pacífica, mas que já atravessa cinco anos de conflito direto entre o regime de Assad e forças opositoras. As respostas repressoras às manifestações que surgiram com caráter pacífico deram lugar a um conflito mutuamente respaldado na violência armada, e as medidas descomunais adotadas pelo governo Bashar, apesar de imaginadas insustentáveis dada a multiplici-

dade de grupos opositores, ainda permanecem firmemente executadas pelo regime. Esse cenário se deve a um intrincado de particularidades que conformam a complexa realidade política e social síria. Nesta seção, sem a pretensão de explorar todos os catalisadores do caótico e persistente conflito sírio, pretende-se elencar alguns desses elementos endógenos e exógenos potenciais.

Catalizadores endógenos

Torna-se intrigante compreender como um presidente alauíta – vertente xiita do Islã – tem sustentado seu governo em um país de maioria sunita insatisfeita com sua administração. Como já destacado anteriormente, durante os mais de 50 anos frente ao governo sírio, a família Assad construiu uma base de governo alicerçada no apoio das minorias, até então com pouca ou nenhuma voz ativa no campo político, e de uma nova elite sunita, de caráter moderado, que se formava em contraposição à tradicional e exclusiva participação de uma elite sunita mais conservadora. Essa relativa abertura, no entanto, esteve longe de representar uma distribuição equânime de poder entre os grupos sectários da Síria, atribuindo, por exemplo, maior participação aos alauítas em detrimento da própria maioria sunita (CLEVELAND, BUNTON, 2014). A ascensão da onda de contestação popular da Primavera Árabe foi vista, portanto, como uma oportunidade por minorias opositoras de derubada do governo de Bashar al-Assad e de instauração de um novo regime. A elevada fragmentação étnico e religiosa do território sírio e as múltiplas frentes de resistência oriundas dela depararam-se com a robustez do Partido Baath e com uma pujante atuação política das Forças Armadas, que têm ancorado a manutenção de Bashar al-Assad no poder.

A presente seção considera, portanto, três fenômenos importantes para se compreender o atual contexto sírio, sendo eles: o apoio das minorias; a polarização da oposição; e o respaldo das Forças Armadas.

Com a ascensão da vertente alauíta ao governo sírio, em 1970, as forças conservadoras sunitas perderam relativo espaço de atuação política e recorreram, portanto, à força política da Irmandade Muçulmana síria, de caráter conservador e oposicionista ao xiismo, ao nacionalismo e ao comunismo (PEREIRA, 2014). Cabe ressaltar, no entanto, que o entrave político entre a Irmandade Muçulmana e o Partido Baath data ainda a década de 1950, período de disputa entre os dois partidos pelo poder central sírio, tendo em vista a ampla lacuna ideológica existente entre eles. Pode-se afirmar, inclusive, que a força adquirida pelo governo

de Hafez al-Assad, e posteriormente pelo governo de Bashar, deve-se, em certa medida, à forte oposição sunita representada pela Irmandade. Isso porque, de acordo com Fujii (2015), as forças alauítas eram consideradas infiéis ao Islã e, por consequência, deveriam ser combatidas. Dessa forma, os governos da família Assad passaram a ser vistos como um mecanismo de proteção pelos alauítas, angariando o apoio dessa parcela da população e de outras minorias ameaçadas pelo conservadorismo defendido pela Irmandade Muçulmana. Sendo assim, a manutenção do governo de Bashar é considerado imprescindível à segurança de alguns grupos minoritários que, portanto, lhe prestam suporte imensurável na resistência à oposição.

O enfraquecimento da legitimidade do governo de Assad apresentou-se como um cenário propício à luta pela retomada da influência sunita sobre o território, mas também fomentou a articulação oposicionista de grupos minoritários marginalizados, dentre eles grupos nacionalistas, curdos, jihadistas e as vertentes religiosas, o que nos leva ao segundo fenômeno para compreensão do conflito sírio. Desde 2011, as investidas em prol da deposição de Assad tem se originado de diversos lados, os quais, ainda que difusos em seu projeto de nação, estão igualmente determinados a romper com o governo da família Assad. No entanto, muito embora estejam igualmente centradas na deposição do presidente Bashar, não há uma coordenação tampouco uma articulação entre essas forças opositoras. Nesse sentido, além de conformarem uma oposição mais enfraquecida, há uma preocupação quanto à incerteza do projeto político a ser adotado pelo futuro governo sírio e, antes disso, quanto à obscuridade de quem ascenderia como ator político pujante diante da deposição do presidente. Como ressalta Ferabolli (2012), o problema da permanência dessa divisão da oposição é que ela continua “[...] gerando temores quanto a um possível colapso das instituições de Estado sírias com a saída de Assad” (p. 107).

As investidas dos grupos opositores, no entanto, apesar de oriundas de diferentes frentes, têm recebido respostas precisas por parte das forças nacionais, constituindo o cenário humanamente atroz que se perpetua dia após dia no território. Isso porque, a resistência e o ataque aos grupos opositores encontra amparo, também, na relação estabelecida entre as Forças Armadas e o poder político central. Este, certamente, consiste em um dos elementos endógenos mais fundamentais para compreender a permanência de Bashar al-Assad no poder.

Diferentemente dos países vizinhos, o governo sírio aluíta buscou, sabiamente, manter as Forças Armadas sob a égide da administração do Estado, longe da influência privada. Landis (2012) destaca a impor-

tância estratégica das Forças Armadas para a manutenção do governo de Assad afirmando que

[o]s Assad educaram suas crianças na arte da guerra para que pudessem assumir o comando das Forças Armadas e policiar sua população. Eles dirigiram sogros, primos e cor-religionários para as categorias superiores das forças de segurança. Apesar da retórica do nacionalismo árabe, os Assad estavam bem conscientes que somente as lealdades tradicionais da família, dos clãs e das seitas poderiam cimentar seu regime. Sob o governo dos Assad, a lealdade tornou-se rapidamente a qualificação derradeira para o avanço nas categorias superiores das forças de segurança. Eles preencheram postos sensíveis com alauítas e *baathistas* leais. Alguns analistas estimam que 24± do corpo de oficiais da Síria é alauíta (LANDIS, 2012, s.p., tradução nossa).

O Estado sírio encontra-se, dessa forma, estruturado sobre uma força coerciva e militar bem consolidada, detendo pleno controle sobre o aparelho repressivo estatal e não hesitando em utilizá-lo sobre os grupos opositores. A importância da capacidade coerciva do Estado sírio para a manutenção do governo Assad ganha respaldo se pensarmos em termos de capacidade estatal. A própria tradição weberiana sobre capacidade estatal, predominante nessa literatura, elenca a capacidade coerciva, além da importância da profissionalização do corpo burocrático estatal, como uma característica central à possibilidade de atuação autônoma do Estado (CINGOLANI, 2013).

Nesse sentido, é pertinente, pois, a partir dos fatores endógenos elencados como estruturantes do embate entre forças opositoras e o governo Assad, inferir que tais características políticas e sociais do Estado sírio são imprescindíveis à compreensão da evolução das revoltas populares a um cenário crônico de guerra civil. A manutenção de uma relação estável e fidedigna entre o governo executivo e as Forças Armadas, juntamente com a relação de dependência que se cria a partir da concepção da presidência aluíta como uma provedora suprema – e talvez única – de segurança por parte dos grupos minoritários, são fatores-chave ao entendimento da complexificação do conflito no país. Além disso, a elevada polarização da oposição ao governo Assad torna-se um elemento de peso para a perpetuação do impasse na Síria. Afinal, além da incerteza que oferece, essa dispersão da oposição e de seus interesses particulares gera, ainda, outro agravante: a busca por apoio de atores internacionais detentores de múltiplos outros interesses. Além da complexidade das relações de poder internas já inerentes ao conflito,

agrega-se, portanto, a disputa de forças internacionais por recursos de poder, dificultando qualquer tentativa de resolução, conforme será abordado no próximo tópico.

Catalizadores exógenos

Como já exaustivamente retratada nos estudos da história das civilizações, sabe-se que a região do Oriente Médio teve – e tem – um papel protagonista nos grandes eventos que marcaram profundamente a evolução humana. Desde os séculos mais remotos, a região do Oriente Médio tem sido pensada como um ponto estratégico, tanto se considerarmos seu protagonismo na Rota da Seda, como interlocutor do comércio entre a Europa e o Extremo Oriente, quanto se pensarmos num contexto geoestratégico mais contemporâneo, concebido a partir de uma óptica do sistema capitalista e da dependência dos países ocidentais com relação aos países árabes dentro do contexto da industrialização e da globalização. De acordo com Farah (2011), o Oriente Médio e a África Muçulmana controlam, atualmente, 68% das reservas mundiais de petróleo, *commodity* básico ao funcionamento da indústria e de toda a cadeia de transporte comercial. Além disso, detêm importantes reservas de gás natural e outros minerais terrestres. O peso estratégico da sua localização, mesmo com o avanço tecnológico dos meios de comunicação e transporte, continua elevado, e, além de provedor de matéria-prima, a região representa, ainda, um mercado consumidor potencial ao Ocidente.

Nesse sentido, diante da notoriedade da região para os países desenvolvidos, portanto, é indispensável pensar a intervenção internacional nos assuntos domésticos dos países árabes, sobretudo por parte dos países ocidentais e da Rússia, a partir de uma lógica imperialista, isto é, como uma abertura à imposição de seus interesses a partir da expressão de solidariedade internacional.

Sendo assim, ao pensar o impasse do conflito civil sírio a partir dos atores internacionais envolvidos, deve-se levar em consideração, em primeiro lugar, a postura externa adotada pelo governo de Bashar al-Assad com relação às transformações geopolíticas da região, as quais, apesar de seguir a ideologia política de Hafez, adotou um posicionamento mais incisivo e declarado. A partir dessa mudança de postura, deve-se levar em conta os interesses e preocupações dos protagonistas internacionais quanto à formação de alianças sírias e seus movimentos nacionalistas e regionalistas em detrimento a uma aproximação do ocidente. Cabe elencar aqui, pontos de tensões específicos que fomenta-

ram a intervenção das forças ocidentais no conflito ao lado dos grupos opositores e, logo, a participação da Rússia como aliada política de Bashar al-Assad, quais sejam: as relações com o Irã; as incertezas quanto à Israel; a postura diante da invasão ao Iraque; e, de modo geral, o fortalecimento de um regionalismo no Oriente Médio sob a liderança de uma Síria forte e nacionalista (MOHAMMED, 2016).

Os atentados do 11 de setembro e seus desencadeamentos, isto é, as inúmeras invasões e investidas na região, geraram polarizações entre as nações do Oriente Médio. Cabe destacar, aqui, a invasão dos Estados Unidos ao Iraque, em 2003, e a postura da Síria diante da queda do então presidente Saddam Hussein. As relações sírio-iraquianas, antes mesmo da instituição de um governo xiita, eram bastante promissoras, tanto em termos econômicos, quanto na esfera política. Apesar da vertente sunita de Saddam Hussein, ambos os governos compartilhavam uma postura política nacionalista e populista, e buscavam fortalecer e expandir seu partido, o *Baath* (MOHAMMED, 2016). Ao contrário de países como o Catar e a Arábia Saudita, diante da invasão iraquiana pelos Estados Unidos e morte de Saddam Hussein e da ameaça que esse evento representava à estabilidade do governo de Bashar al-Assad, a Síria posicionou-se contra a intervenção ocidental na região, ao lado do governo iraniano. A postura de enfrentamento síria ante a invasão estadunidense tornou-se ainda mais insatisfatória aos olhos do Ocidente após a instauração de um governo xiita no Iraque. Não apenas aos interesses dos Estados Unidos, mas o estabelecimento de outro governo xiita na região representava uma ameaça ao protagonismo saudita no Oriente Médio. De vertente wahabita, a Arábia Saudita viu-se encurralada ante o cenário de expansão e fortalecimento do xiismo nos países vizinhos, o que poderia ameaçar suas pretensões de liderança na região (FUJII, 2015).

Diante da proliferação das revoltas populares na síria e da eclosão do embate direto entre o governo e as forças opositoras, a Arábia Saudita e o Qatar viram nessa tentativa de transição do governo sírio uma oportunidade de incitar a deposição de Bashar al-Assad e enfraquecer a presença do xiismo na região. Isto, portanto, levou o governo saudita e seus aliados a apoiarem os grupos de oposição no conflito contra o governo de Assad. Juntamente à base de apoio saudita à oposição síria está seu potente aliado ocidental, os Estados Unidos, que veem no estabelecimento de uma liderança da Arábia Saudita na região, uma garantia ao triunfo de seus interesses no Oriente Médio (FUJII, 2015). Em contraposição, no entanto, encontra-se a participação do aliado regional sírio, o Irã, no provimento de recursos à manutenção do

governo de Assad. Essa proximidade da Síria, importante e influente ator regional, ao Irã acentua a preocupação das forças ocidentais e, conseqüentemente, suas investidas em prol da derrubada do líder sírio alauíta e do estabelecimento de um governo cooperativo. Afinal, é preferível ao Ocidente um regime islâmico, mas com medidas liberalizantes e aliados à Arábia Saudita, do que a permanência de um governo secular, mas do partido *Baath*, nacionalista e aliado ao governo iraniano.

Além disso, outra preocupação que permeia países como o Estados Unidos e alguns países da região do Oriente Médio diz respeito às tensões com o Estado de Israel. A postura nacionalista e pan-arabista de Bashar al-Assad mostra uma inclinação clara quanto ao status do conflito entre Israel e Palestina. Ademais, o presidente Assad configura-se como um importante aliado do grupo libanês xiita Hezbollah, oposição histórica ao país israelense, e atua como um importante intermediário entre o governo xiita iraniano e o grupo Hezbollah, sendo um ator estratégico principalmente em cenários de tensões entre Irã e Israel (BASTOS, 2014). A manutenção de um governo xiita na Síria, portanto, representa uma limitação da influência israelense na região, aliado fundamental dos Estados Unidos, e gera, ainda, certa inquietação quanto à sua segurança, principalmente em contextos de crises.

Assim como para o Irã e para o Hezbollah, a manutenção do governo de Bashar é, também, de suma importância estratégica e ideológica – e também o apoio de ambos é essencial ao governo de Assad à Rússia e à China. A Rússia, assim como os países ocidentais, vê o Oriente Médio como uma região historicamente estratégica aos seus interesses, tanto pelos recursos naturais quanto por sua localização, que garante à Rússia saída ao Mar Mediterrâneo. Além disso, para a Rússia, a intervenção militar no conflito ao lado do governo de Bashar al-Assad tem um significado de contestação das forças opressivas estadunidenses e de reafirmação do país como ator de força no cenário internacional. Como ressaltam Piccoli, Machado e Monteiro (2016)

é plausível a compreensão da posição de Moscou em relação à Damasco como um reflexo à securitização da agenda internacional pautada pelo governo norte-americano. As incursões estadunidenses (e aqui correlaciona-se também seus aliados) no Oriente Médio (Iraque-2003, Líbia-2011) vão de encontro à propositiva russa de valoração de fóruns multilaterais de negociação, bem como ultrajam o papel concedido à Organização das Nações Unidas (ONU) no tocante à manutenção da paz e segurança mundial (p.194).

Ademais, cabe ressaltar que desde o fim da Guerra Fria, a Rússia e os Estados Unidos não tiveram um embate tão próximo como no contexto presente da guerra civil síria, sendo, portanto, que o avanço das forças militares estadunidenses na região do Oriente Médio tem produzido certa inquietação à segurança e aos interesses russos, que interpreta essa expansão ocidental como uma afronta a sua influência na região (PICCOLI; MACHADO; MONTEIRO; 2016). Assim, como forma de conter a ampliação do poder de ingerência ocidental sobre a região, além do apoio militar e financeiro, a Rússia e a China, detentoras de interesses econômicos na região, têm se utilizado do seu poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas para refrear o avanço da oposição e prestar suporte à manutenção do governo de Bashar al-Assad (BASTOS, 2016).

Nesse contexto, portanto, em que o conflito civil sírio transcende as fronteiras domésticas e adquire notoriedade como pauta da política internacional, o impasse se solidifica à medida em que os atores intervenientes no conflito se multiplicam. De um lado, forças aliadas às potências regional e mundial Arábia Saudita e Estados Unidos, tais como o Qatar e a União Europeia, intervêm ao lado dos grupos opositores sírios, em conformidade com seus interesses, a partir do provimento de armamentos, financiamento e da difusão do discurso de solidariedade e combate ao terrorismo que legitima a intervenção em prol da derrubada de Assad. Do outro lado, forças proeminentes como o Irã e Rússia intercedem, também no caminho de garantir seus interesses, pela permanência do governo de Bashar al-Assad nos mesmos moldes de fornecimento de armamentos e financiamento, apoiados num discurso nacionalista e de autonomia. Tendo em vista, portanto, um equilíbrio e uma atuação incessante de forças internacionais no apoio à oposição e ao governo de Assad, a sobreposição e o êxito de uma das partes sobre a outra está obstaculizada por essa correlação de forças, e conforma, assim, um cenário crônico de embates militares e angustiante pela conjuntura econômica e humanitária desastrosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe da tentativa de deslegitimar quaisquer manifestações de caráter contestatório e insatisfatório quanto aos rumos políticos, econômicos e sociais da Síria, ao contrário, ciente da importância das intervenções populares para a construção de um Estado representativo, o presente artigo buscou elucidar como a Primavera Árabe abriu prece-

dentos ao estabelecimento de um conflito militar direto entre grupos insatisfeitos e o poder executivo sírio. A tentativa desse trabalho foi chamar a atenção ao fato de que, diferentemente de representar a vontade popular que deu coro às ruas, o cenário para o qual a Primavera Árabe evoluiu no território sírio apresenta-se como um emaranhado de interesses focalizados e contrapostos, tanto por parte da oposição quanto por parte do governo central. Sendo assim, muito aquém da busca por uma transição do modelo de nação e da solidariedade como pilar de atuação das forças internacionais, as insurreições de janeiro de 2011 foram utilizadas como uma abertura à luta por interesses particulares de grupos opositores ao governo e, a partir disso, para a legitimação do uso da repressão do Estado sobre a população.

Como enfatizado no decorrer do texto, a complexidade que a guerra civil síria adquiriu, além de deter suas raízes no contexto político, econômico e social sobre o qual a Síria se constitui, se deve a um intrincado de forças contrastantes que desempenham determinado papel no conflito em conformidade com seus interesses ainda mais contrastantes entre si. A articulação de forças endógenas e exógenas em prol da derrubada do presidente Bashar al-Assad defronta-se com a resistência do governo central, respaldada, sobretudo, pelas Forças Armadas nacionais. Além disso, essa articulação entre a oposição defronta-se, especialmente, com a sua própria polarização e a conseqüente incerteza dos caminhos a serem trilhados pela Síria no caso de deposição de Assad. Esse equilíbrio e discordância entre as forças de oposição e de suporte direcionam o país sírio, portanto, a um conflito civil inercial, em que não mais se faz ouvir a voz da população, mas o eco dos interesses individuais.

Ao analisar os alicerces sobre os quais se estrutura a guerra civil síria é, infelizmente, difícil se pensar em uma resolução próxima e tampouco num cenário que não desastroso em termos econômicos e sociais. Pensando a partir da perspectiva da oposição, há pouca, ou nenhuma, pretensão em diminuir as ofensivas ao governo. Isso porque, o recuo pela oposição fortaleceria o poder político e simbólico do presidente, tornando uma futura tentativa de deposição muito mais árdua. Além disso, o amparo dos atores internacionais à oposição tem garantido seu equilíbrio ante as forças militares nacionais, desestabilizando o governo em certa medida e ampliando as possibilidades de instauração de um modelo de governo condizente com suas ideologias, religião e interesses. Para os atores internacionais, a lógica dos ganhos futuros é, da mesma forma, a força motriz do incessante investimento na oposição. O triunfo da oposição ao governo nacionalista sírio apresenta uma pos-

sibilidade de instauração de um novo regime aliado na região, fortalecendo sua presença nessa área estratégica próxima aos seus antagonistas Rússia e Irã. Para a base aliada à Bashar al-Assad, a lógica de continuidade do conflito é a inversa. Qualquer recuo diante da oposição significaria a queda do regime e o fim do projeto nacionalista sírio, além de possíveis consequências diretas à figura do presidente. Ademais, a insegurança quanto ao futuro sírio, tanto para as minorias amparadas pelo governo, quanto pelos oficiais ou pelos atores internacionais aliados, reforça a necessidade de se manter uma postura de ataque e defesa incessantes.

A saída do conflito sírio ainda está obscurecida pela complexa relação de interesses sobre a qual a guerra se constituiu. Muito pouco se pode prever diante do equilíbrio de forças e do fortalecimento de ambas as partes envolvidas no embate, senão que o cessar-fogo encontra-se ainda distante. O que se pode prever, no entanto, é que as consequências geradas no decorrer dos desdobramentos do conflito tendem a constituir um cenário econômico e social extremamente frágil na Síria, vulnerável à intervenção internacional e, ainda, sujeito à ascensão de um regime político passível de novas resistências. Novamente, portanto, o paradoxo reina no jogo de interesses que permeia a arena política. As vozes da população que intervinham por um governo democrático estão sendo silenciadas com o auxílio da nação que é símbolo da democracia no mundo e por um governo de partido nacionalista e dito de esquerda.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Petra Salomé Silva. **A crise Síria: o papel da União Europeia**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014. Dissertação de Mestrado – Economia Internacional e Estudos Europeus, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6903>>. Acesso em 28 ago. 2016.
- CINGOLANI, Luciana. The state of state capacity: a review of concepts, evidence and measures. Maastricht: UNU-MERIT, (Working Paper, n. 53), 2013.
- CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. **A History of the Modern Middle East**. Philadelphia: West View Press, 2009.
- DÍAZ, Naomí Ramírez. Síria: Crónica de una represión anunciada. **Revista CIDOB d'afers internacionals**, nº 96, dez. 2011, p. 171 - 189. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/revistacidob/article/viewFile/248619/332821>>. Acesso em: 27 ago. 2016.
- FARAH, Paulo Daniel. A Primavera Árabe no Machreq, Maghreb e Khalīj: motivações e perspectivas. **Política Externa**, v. 20, nº 1, jun.-ago. 2011.

- FERABOLLI, Silvia. Entre a revolução e o consenso: os rumos da Primavera Árabe. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 51, p. 101-109, jan./jun. 2012 Disponível em: <<http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/146>>. Acesso em 27 ago. 2016.
- FUJII, Willian. **O Estado Islâmico e o xadrez geopolítico dos conflitos na Síria e no Iraque**. Anais do III Semana da Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos, Abril 2015. Disponível em: <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/William-Fujii.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2016.
- LANDIS, Joshua. The Syrian Uprising of 2011: Why the Asad Regime Is Likely to Survive to 2013. **Middle East Policy Council**, Journal Essay, v. XIX, nº1, 2012. Disponível em: <<http://www.mepc.org/journal/middle-east-policy-archives/syrian-uprising-2011-why-asad-regime-likely-survive-2013>>. Acesso em: 28 ago. 2016.
- MOHAMMED, Yasmin. **O nacionalismo árabe e o partido Baath: uma análise da Política Externa da Síria da ascensão de Hafez al-Assad (1970-2000) à presidência de Bashar al-Assad (2000-2010)**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147453/000996695.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 ago. 2016.
- PEREIRA, Tito Lívio Barcellos. Os Guardiões da Pátria: O Exército Árabe da Síria e sua relação com o Povo e o Estado. **Revista de Geopolítica**, v. 5, nº 1, p. 44 - 58, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/97/96>>. Acesso em: 22 ago. 2016.
- PICCOLLI, Larlecianne; MACHADO, Lauren; MONTEIRO, Valeska Ferrazza. A Guerra Híbrida e o Papel da Rússia no Conflito Sírio. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 3, nº1, p. 189-203, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/rbed/article/view/63960>>. Acesso em: 28 ago. 2016.
- UNHCR. **Syria Regional Refugee Response**. Inter-agency Information Sharing Portal. Disponível em: <<http://data.unhcr.org/syrianrefugees/regional.php>>. Acesso em 11 ago. 2016.
- ZAHREDDINE, Danny. A crise na Síria (2011-2013): uma análise multifatorial. **Revista Conjuntura Austral**, v. 4, nº. 20, p. 6-23, out./nov. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/download/43387/27333>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

Notas

¹ Bacharela em Relações Internacionais pela UNIPAMPA. Mestranda em Políticas Públicas na UFRGS. Pesquisadora Associada do Grupo de Análise Estratégica—Oriente Médio e África Muçulmana (GAE-OMAM).

² Respaldaado pela presença assíria no território, o projeto da Grande Síria almejava a construção de uma nação que compreenderia quase que integralmente a região do crescente fértil, estendendo-se das fronteiras com Irã e Iraque até as margens do Mar Mediterrâneo, e que ganhou força pois convergia com o movimento pan-arabista de formação de uma grande e única nação

árabe na região (ZAHREDDINE, 2013).

³ Partido de um viés de esquerda, que busca articular princípios do islamismo e do socialismo em sua atividade política.

⁴ “[t]he Asads tutored their children in the arts of war so they could take command of the military and police their population. They marshaled in-laws, cousins and coreligionists into the upper ranks of the security forces. Despite the rhetoric of Arab nationalism, the Asads were keenly aware that only the traditional loyalties of family, clan and sect could cement their rule. [...] Under the Asads, loyalty quickly became the ultimate qualification for advancement into the upper ranks of the security forces. They packed sensitive posts with loyal Alawis and Baathists. Some analysts estimated that as many 80 percent of Syria's officer corps is Alawi” (LANDIS, 2012, s.p.).